



# Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 007 Brasília, dezembro de 2008

## Notícias do Escritório

- Bernardo Pablo Sukiennik assume na Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF

## América do Sul - Política

- Parlamentares paraguaios condenam manobra militar brasileira
- Filmes do Mercosul poderão ter cota de tela no bloco
- Resposta à crise passa pela educação, diz Haddad ao Parlamento do Mercosul

## Comércio Exterior

- Brasil busca acordo comercial com México
- Brasil e Uruguai realizam reunião bilateral de comércio
- Crise põe bancos da América Latina em pé de igualdade com gigantes
- Mercosul e Asean estudam cooperação

## Meio Ambiente

- Procurador emite parecer contra a importação de pneus usados
- Produtos primários são mais de 60% das exportações do Mercosul, diz estudo
- Mercosul prioriza desertificação e destinação de resíduos sólidos
- Especialistas pedem regras para biocombustíveis

## Decisões de Tribunais

- STJ registra 40% de queda no número de recursos especiais recebidos
- Ellen Gracie está cotada para assumir vaga na OMC
- Encontro de Cortes encerra-se com regulamentação da secretaria do fórum permanente
- Marca registrada não prevalece diante do direito de uso de sobrenome em negócio

## Bernardo Pablo Sukiennik assume na Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF



Foto: Valter Zica/OAB-DF

A Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF ganhou um novo membro nesta quinta-feira [06/11/08]. O advogado argentino-brasileiro Bernardo Pablo Sukiennik foi empossado na comissão pelo presidente da comissão, Wilfrido Marques, e pela

presidente da instituição, Estefânia Viveiros.

“Pretendo atuar de maneira ativa em todas as finalidades da comissão, especialmente na divulgação do Direito Internacional, nas relações entre os países da América do Sul e na produção científica relacionada”, afirmou Sukiennik. Ele representa em Brasília a fundação Pamerco, Para que o Mercosul não Fique só no Comercial.

Fonte: ASSESSORIA DE IMPRENSA DA OAB/DF. Bernardo Pablo Sukiennik assume na Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF. Site oficial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Distrito Federal. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.oabdf.org.br>



Foto: Valter Zica/OAB-DF

### **Parlamentares paraguaios condenam manobra militar brasileira**

As tensas relações entre Brasil e Paraguai foram o principal tema em debate durante a primeira parte da sessão do Parlamento do Mercosul desta segunda-feira [03/11/08], dedicada ao chamado Tema Livre. Cinco parlamentares paraguaios criticaram especialmente a realização de uma manobra militar brasileira perto da fronteira entre os dois países, em outubro.

O parlamentar Nelson Alderete considerou uma "intimidação" ao Paraguai declaração atribuída ao general brasileiro José Carvalho Siqueira, segundo a qual poderia ocorrer uma ocupação militar da usina hidrelétrica de Itaipu se houvesse uma determinação nesse sentido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na opinião do parlamentar, frente à declaração do general, as intenções anunciadas por integrantes do governo brasileiro de cooperação na área de defesa poderiam ser vistas como uma "manobra retórica".

Em resposta, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que recordou ter nascido perto da fronteira com o Paraguai, observou que sempre houve manobras militares dos dois lados - algumas conjuntas, outras individuais. Disse ainda que o governo brasileiro informou ao governo paraguaio que faria a operação.

-O Brasil está cada vez mais interessado e fortemente comprometido com a integração e não teria nenhuma intenção de mostrar um ato de força ao Paraguai - avaliou Marisa.

Logo após essa declaração da senadora, porém, quatro outros parlamentares paraguaios pediram a palavra para tratar das relações bilaterais. Eric Salum reiterou que a manobra militar foi percebida em seu país como "intimidatória", no momento em que temas "sensíveis" como a proposta de renegociação do Tratado de Itaipu e a situação dos brasiguaios - produtores rurais brasileiros que vivem no país vizinho - tornam tensas as relações bilaterais.

O parlamentar Angel Barchini considerou "absolutamente desnecessária" a manobra militar brasileira e condenou especialmente a suposta violação do território paraguaio por helicópteros brasileiros. Ricardo Canese, por sua vez, alertou para a necessidade de que não se repita uma situação como essa, "sobretudo por causa de más interpretações". Por último, Modesto Guggiari disse que não se deveriam levar em conta apenas as manchetes de jornais, que em seu país têm ressaltado as dificuldades das relações bilaterais, mas, sim, buscar soluções negociadas.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu para responder a todas as intervenções de parlamentares paraguaios. Ele explicou inicialmente os motivos do atraso na aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que regulamenta a atividade de pequenos comerciantes na fronteira bilateral - os chamados "sacoleiros". Anunciou que se está tentando promover a solução "mais rápida possível" para a questão.

O senador lembrou ainda que a situação de Itaipu será debatida em audiência pública do parlamento no final do mês. Por fim, recordou que a realização da manobra militar brasileira foi anunciada ao governo paraguaio em maio, ou seja, cinco meses antes da chegada das tropas à região da fronteira. Ele admitiu que as declarações atribuídas ao militar brasileiro foram "inapropriadas" e não manifestariam a posição do governo brasileiro. Mas ressaltou a necessidade de maior negociação bilateral.

-Temos que pautar nossa atuação pelo diálogo e pelo compromisso de integração - sugeriu.

Logo no início da sessão, foram aprovados por unanimidade um voto de pesar apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e uma declaração de pesar sugerida por Mercadante pela morte do deputado Max Rosenmann, que integrava a representação brasileira.

## Filmes do Mercosul poderão ter cota de tela no bloco

Os países que integram o Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - poderão adotar cotas para as produções cinematográficas dos quatro países em todos os cinemas do bloco. Uma proposta de recomendação nesse sentido será apreciada durante a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul, segundo anunciou nesta segunda-feira [03/11/08] a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Durante a reunião desta segunda-feira, o diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, Marcelo Dantas, apresentou um panorama das atuais iniciativas de integração no setor. Ele comentou a proposta - ainda em estudo no seu ministério - para que a cota de filmes nacionais atualmente adotada pelo Brasil, que reserva 28 dias aos filmes nacionais, se transformasse em uma cota do Mercosul, ampliada em mais alguns dias e extensível a filmes dos outros países do bloco.

A sugestão foi muito bem recebida pelos parlamentares que participaram da reunião. E a comissão decidiu então elaborar uma proposta de declaração a ser apreciada na próxima reunião no sentido de que todos os países do bloco adotem legislação semelhante.

-A nossa união não vai se fazer apenas a partir de questões fiscais, financeiras e econômicas. Ela vai ocorrer principalmente com a participação da população, em áreas como esporte, cultura e educação. E o cinema faz parte disso - afirmou Marisa.

### Analfabetismo

A comissão aprovou proposta apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para que se realizem gestões junto aos Ministérios da Educação dos quatro países a fim de que cada um informe que planos adotou para erradicar o analfabetismo e que meios serão utilizados para alcançar esse objetivo.

-Vamos enviar pedidos de informação aos governos. Isso vai provocá-los a dizer se têm prazo para acabar com o analfabetismo e que prazo é este - disse Cristovam.

Foi adiada a votação de proposta apresentada por parlamentares paraguaios de constituição do Memorial da Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre 1864 e 1870. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou sua apreensão com o texto da proposta e questionou a utilização da palavra "genocídio" para referir-se à morte de milhares de paraguaios durante o conflito.

## Resposta à crise passa pela educação, diz Haddad ao Parlamento do Mercosul

A resposta dos países sul-americanos à crise financeira mundial deve incluir um novo estímulo à educação, disse nesta terça-feira [04/11/08] o ministro brasileiro da Educação, Fernando Haddad, em sessão especial do Parlamento do Mercosul, realizada em Montevidéu. Ele sugeriu que os países do bloco adotem metas comuns a serem alcançadas nos próximos anos, como a elevação do percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

-A resposta à crise, no âmbito do Mercosul, deve passar, sim, pela educação. Talvez isso não valha para outras regiões do planeta, mas no nosso caso o retorno dos investimentos feitos no setor ainda é muito elevado. Temos que nos valer dessa oportunidade e responder com mais educação à crise que se avizinha. O continente em geral tem um déficit educacional bastante expressivo, e no caso do Brasil esse déficit é ainda mais acentuado que nos demais países membros - afirmou Haddad.

O comentário do ministro foi feito em resposta ao pronunciamento de boas-vindas ao parlamento feito pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul. Ela recordou ter sustentado na véspera, durante o debate a respeito da crise financeira internacional, a necessidade de maiores investimentos em educação.

Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) relatou debate igualmente ocorrido no dia anterior, na mesma comissão, a respeito da necessidade de se fixarem metas a serem alcançadas pelos países do

bloco, em questões como a erradicação do analfabetismo, a inclusão de todas as crianças e jovens na escola e a conclusão do segundo grau por todos os estudantes de cada país.

Em resposta, Haddad concordou com a necessidade de fixação de metas e estratégias comuns. Ele observou que o Brasil já elevou de 3,9% para 4,5% o percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao PIB - número ainda inferior ao recomendado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mas ressaltou a dificuldade de erradicar o analfabetismo no país, uma vez que a média de idade dos analfabetos é de 54 anos e muitos deles vivem no campo.

### **Integração**

O ministro relatou aos parlamentares algumas das iniciativas destinadas a ampliar a integração entre os países do bloco na área de educação. Entre elas, a obrigatoriedade da oferta do ensino da língua espanhola em escolas brasileiras, a criação das escolas bilíngües de fronteira e a futura implantação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR).

Essa universidade, que terá projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, será toda concebida, como adiantou, levando em conta o estímulo à integração regional. As aulas poderão ser ministradas em português e espanhol, assim como os trabalhos escolares poderão ser apresentados nas duas línguas. Professores e alunos também serão selecionados entre brasileiros e habitantes dos demais países latino-americanos.

Haddad anunciou ainda que em breve serão oferecidas bolsas para que alunos de graduação das universidades brasileiras possam cursar um ou dois semestres em universidades dos países vizinhos. A inspiração para essa proposta, como admitiu, vem do projeto Erasmus, da União Européia, que está facilitando a mobilidade de estudantes europeus por diversos países do continente.

-Neste momento, promover a mobilidade por meio da bolsa sanduíche de graduação vai permitir que nossos estudantes conheçam as universidades da região. A partir do momento em que se passar a oferecer esse financiamento, a integração das instituições ocorrerá de forma muito mais rápida - previu o ministro.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Resposta à crise passa pela educação, diz Haddad ao Parlamento do Mercosul. Site oficial do Senado Federal do Brasil. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not121.htm>

### **Brasil busca acordo comercial com México**

Com a esperança de que a retração do mercado dos EUA estimule o México abrir-se a outros mercados, representantes do Ministério do Desenvolvimento do Brasil desembarcam hoje [12/11/08] na capital mexicana, acompanhados de comitiva de autoridades e empresários, para sugerir, mais uma vez, um acordo de livre comércio com o país. O Brasil quer aprofundar os acordos comerciais com o México, e já ofereceu mais de uma alternativa, diz o secretário-executivo do ministério, Ivan Ramalho. Segundo ele, o governo aceitou imediatamente quando, após meses de relutância, os mexicanos acenaram com a reunião marcada para hoje.

México e Mercosul têm dois acordos de redução de tarifas, um deles restrito ao setor automotivo, com grande liberdade comercial, que transformou automóveis, partes e peças no principal produto comercializado entre o Brasil e aquele país. O outro acordo, bem mais restrito, prevê redução de tarifas para quase mil categorias de produtos (2 mil, no método mexicano de classificação de importações). O Brasil quer reduzir a zero as tarifas de importação entre México e Mercosul, idéia a que os mexicanos têm resistido, por temor da escala de produção de alguns setores industriais e da competitividade da agroindústria dos países do bloco.

Como alternativa à negociação de livre comércio, os brasileiros sugeriram aos mexicanos um leque de propostas, a começar por um acordo para reduzir à metade todas as tarifas existentes no comércio bilateral, a não ser para produtos já com tarifa reduzida, que, nesse caso, teriam corte mínimo de 20%. Uma alternativa mais modesta é estender a outros setores o acordo já firmado pelo setor automotivo, que garantiu liberação gradual de comércio no setor. Os empresários do setor de painéis de madeira já concluíram uma negociação do gênero, e os representantes do setor têxtil no Brasil viajaram ao México na expectativa de convencer os empresários mexicanos a negociar outro.

O Ministério do Desenvolvimento identificou cerca de 40 categorias de produtos que poderiam ocupar maior espaço no mercado mexicano. O México teria pelo menos 30 tipos de mercadorias com chances de ganhar mais compradores no mercado brasileiro. Entre os produtos exportáveis ao México estão carnes, couros e peles, ração animal, frutas e castanhas, pescado, pimenta, bebidas não-alcoólicas, equipamentos de telecomunicação, elétricos e eletrônicos, máquinas automáticas para processamento de dados e artigos

plásticos.

Apesar do crescimento no comércio de produtos como aparelhos celulares e suas peças, as exportações brasileiras ao México vem perdendo ritmo e aumentaram apenas 3,7% entre janeiro e outubro deste ano. Já as importações de produtos mexicanos no Brasil cresceu 60%, principalmente de automóveis e celulares (estes últimos aumentaram as vendas em pouco mais de 1.000%). O aumento nas compras provenientes do México reduziu quase à metade o saldo comercial, que ainda é favorável ao Brasil: até outubro, o país havia vendido US\$ 991 milhões a mais do que comprou no mercado mexicano.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Brasil busca acordo comercial com México. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=51573](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=51573)

### **Brasil e Uruguai realizam reunião bilateral de comércio**

Representantes da Anvisa, do Inmetro e do Mapa irão se reunir com seus órgãos correspondentes uruguaios, dias 8 e 9 de dezembro, em Montevidéu (Uruguai) para discutir a certificação técnica de produtos alimentícios uruguaios exportados para Brasil, sobretudo queijo e farinha de trigo. O encontro é um dos resultados da 10ª. Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Uruguai, realizada hoje (18/11), em Montevidéu.

Segundo o secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e coordenador da delegação brasileira, Edson Lupatini, o objetivo do encontro é superar possíveis gargalos que possam retardar o comércio entre os dois países. “Temos interesse em buscar, cada vez mais, a equalização do comércio Brasil-Uruguai e oportunidades como essa contribuem para a padronização dos procedimentos”, explica.

### **Frango**

O Brasil também apresentou demandas na área de produtos alimentícios e voltou a pedir que o governo uruguaio libere a importação da carne de frango procedente do Brasil, além de ampliar o número de estados brasileiros autorizados a exportar carne bovina e suína para o Uruguai. Atualmente, somente os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná exportam esses produtos para o país.

Os representantes brasileiros alegaram que não há justificativa para essa limitação, uma vez que os demais estados brasileiros também são reconhecidos como áreas livres de febre aftosa pela Organização Internacional de Epizootias (OIE). Os assuntos voltarão a ser discutidos na próxima reunião, a ser realizada no início de março de 2009.

Temas técnicos relativos aos setores de autopeças, naval e automotivo também foram discutidos em reuniões paralelas realizadas entre representantes da iniciativa privada e dos governos dos dois países.

### **Serviços**

A corrente de comércio, soma das exportações e importações de bens, entre Brasil e Uruguai, teve aumento de 31,8% entre janeiro e outubro de 2008, em relação ao mesmo período do ano passado, chegando a US\$ 2,3 bilhões. No período, o Brasil teve superávit de US\$ 561 milhões, resultado superior ao contabilizado entre janeiro a outubro de 2007, de US\$ 447 milhões.

Nesse período, as exportações brasileiras para o país vizinho somaram US\$ 1,4 bilhão, representando aumento de 30,5% sobre igual período de 2007 e as importações brasileiras provenientes do Uruguai registraram crescimento de 34,0%, ao passarem de US\$ 635 milhões para US\$ 851 milhões.

Os números foram destacados pelo secretário de Comércio e Serviços como um resultado positivo das reuniões de monitoramento do comércio, mas ele também lembrou a crescente importância do comércio de serviços entre Brasil e Uruguai. “Nesse segmento, o superávit é do Uruguai, que exportou US\$ 150 milhões em serviços para o Brasil, enquanto nós vendemos para eles US\$ 50 milhões, este ano”. Para Lupatini, os números mostram o fortalecimento do comércio entre os dois países e a tendência de equalização nas negociações bilaterais.

Fonte: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MDIC. Brasil e Uruguai realizam reunião bilateral de comércio. Página oficial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1&noticia=8699>

A crise mundial criou uma dinâmica diferente na tradicional reunião da Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban), cuja edição de 2008 acontece no Panamá: desta vez, os bancos da região não estão apenas dando informações aos seus parceiros de países desenvolvidos, mas também pedindo explicações sobre a saúde financeira de grandes instituições que outrora davam as cartas no jogo.

"Vivemos uma crise atrás da outra na América Latina, e boa parte do meu trabalho era explicar como nosso banco iria sobreviver em situações extremas", disse um banqueiro brasileiro que cumpre uma agenda intensa de reuniões. "Agora, nós estamos tentando nos informar sobre a situação dos grandes bancos estrangeiros para saber como vão sobreviver à crise."

A parte mais visível de encontros como o da Felaban são as mesas de debates, onde economistas renomados discutem o futuro dos mercados financeiros (a estrela na reunião da Felaban é Noriel Roubini, da Universidade de Nova York, que ganhou visibilidade ao prever a atual crise mundial). A atividade mais importante, porém, acontece nas salas privadas montadas por bancos para fechar negócios, sobretudo novas linhas de financiamento para o comércio exterior.

No Panamá, estão reunidos 1.200 executivos de bancos de 44 países, dos quais a maior delegação é de brasileiros, com 132 representantes. Foram montados 56 escritórios para fechar negócios. Há, de um lado, os grandes bancos internacionais, como o Deutsche Bank, o JP Morgan, o Standard Chartered Bank e o UBS, que em anos recentes estavam abarrotados de dinheiro e procuravam oportunidades para aplicá-lo. De outro lado estão os bancos latino-americanos, região tipicamente importadora de capitais. Estão presentes instituições financeiras de grande porte, como Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, além de bancos menores, cuja presença engrossou bastante depois que eles abriram o capital na Bolsa, aproveitando a então forte liquidez internacional para levantar recursos para bancar a expansão de suas carteiras de crédito.

Banqueiros relatam que, na reunião da Felaban deste ano, estão sendo fechados alguns negócios, mas o volume é pequeno. Alguns grandes bancos, com histórico mais longo de solidez, conseguem renovar ou abrir novas linhas, em parte beneficiados pela busca de segurança por bancos estrangeiros que têm orçamentos para serem emprestados na região. Bancos médios e pequenos estão basicamente munindo os bancos estrangeiros com informações para, no futuro, retomarem as linhas de crédito ou ampliarem volumes.

"É basicamente uma busca de informações. Eles querem saber como estamos operando com a crise de liquidez que afetou o nosso mercado", diz o executivo de um banco médio que foi relativamente pouco afetado pela turbulência. "Eles vão levar essas informações para digerir em casa e, no balanço do fim de ano, vão conferir se o cenário que traçamos para os nossos negócios vai mesmo se confirmar. Daí, lá para o início de 2009, podem ser retomados os empréstimos."

Até o ano passado, os grandes bancos estrangeiros, que tinham dinheiro, eram basicamente os únicos a fazer perguntas para avaliar a capacidade de pagamento dos bancos tomadores. Neste ano, porém, instituições financeiras de países desenvolvidos estão sendo impelidas a descrever em detalhes como a crise financeira afetou cada um deles e quais são as perspectivas de recuperação das linhas.

"Os bancos estrangeiros estabeleceram relações com bancos latino-americanos ao longo de anos de trabalho e eles, de certa forma, querem preservar esse relacionamento, principalmente porque a América Latina foi menos afetada pela crise do que outras partes do mundo", explica um banqueiro de uma grande instituição. "Eles estão se esforçando para explicar com detalhes porque cortaram linhas e também para sinalizar quando poderão retomar o relacionamento que tínhamos antes."

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Crise põe bancos da América Latina em pé de igualdade com gigantes. Portal da América Latina. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.americalatina.org.br/internas.php?noticias=&interna=94573>

### **Mercosul e Asean estudam cooperação**

A intensificação do comércio internacional como remédio para a crise financeira global é a aposta dos países que integram o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), que deram em Brasília os primeiros passos para iniciar uma aproximação em nível birregional. No encerramento do 1º Encontro Ministerial entre os dois blocos, uma declaração conjunta enfatizou o "compromisso com a conclusão exitosa da Rodada de Doha (da Organização Mundial do Comércio), de maneira justa e equilibrada".

"Promover a cooperação sul-sul é vital para uma ordem internacional mais equilibrada", disse o chanceler Celso Amorim ao brindar aos visitantes no almoço oferecido no Itamaraty. O ministro citou como exemplo o desempenho das exportações brasileiras, que saltaram de US\$ 60 bilhões, em 2002, para US\$ 160 bilhões, em 2007. "Os países em desenvolvimento tiveram aí uma participação fundamental", completou.

Entre os 10 países que integram a Asean estão alguns dos novos "tigres" asiáticos, como Cingapura e Vietnã. Embora a aproximação esteja em sua fase inicial, os dois blocos divulgaram uma declaração de 16 pontos, incluindo a decisão de estabelecer grupos técnicos de trabalho encarregados de elaborar um roteiro prático para definir um plano de ação até o próximo encontro ministerial, marcado em princípio para setembro de 2009, em Washington. "Estamos na fase de nos conhecermos melhor. Ainda não somos noivos", explicou Amorim em entrevista coletiva ao lado do colega tailandês, Sampong Amornvivat, que falou pela Asean.

## **Cingapura**

Hoje [25/11/08], o presidente Lula recebe no Planalto o primeiro-ministro Lee Hsien Loong, de Cingapura, que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil entre os integrantes da Asean. O capital cingalês tem investido nos últimos anos em setores como construção naval e exploração de petróleo em águas profundas.

Fonte: CORREIO BRAZILIENSE. Mercosul e Asean estudam cooperação. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=520850](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=520850)

## **Procurador emite parecer contra a importação de pneus usados**

A importação de pneus usados para serem reformados no país compromete o equilíbrio do ambiente e a proteção à saúde. Essa é a afirmação do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, que emitiu parecer nesta segunda-feira [10/11/08] contrário a decisões judiciais que permitem a importação desse tipo de produto.

A matéria está sendo analisada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), após o governo federal ter proibido a importação de pneus usados. O governo alega que os depósitos de pneus favorecem a criação de insetos transmissores da dengue, e a queima de pneus usados libera compostos químicos de elevado nível tóxico.

Empresários da indústria de pneus remoldados defendem a importação desse material, principalmente da Europa, já que as peças são trocadas com boas condições em sua estrutura e poderiam ser reformados e comercializados no Brasil. Por sua vez, ambientalistas argumentam que não existe controle na utilização de pneus para fins industriais, além da falta de condições para descarte em aterros.

Para o procurador-geral, comercializar pneus reformados não é uma atividade proibida. "Agora, querer executá-la a qualquer custo, ainda mais quando esse custo é assumido por outros, torna-se abusivo".

"A importação constitui-se, já de saída, na transferência de material absolutamente inutilizado proveniente dos países exportadores para o seu armazenamento em terras brasileiras", disse Souza, que terá o seu parecer analisado pela ministra Carmen Lúcia, relatora da ação no STF.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Procurador emite parecer contra a importação de pneus usados. Folhaonline. São Paulo, nov. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u466229.shtml>

## **Produtos primários são mais de 60% das exportações do Mercosul, diz estudo**

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) divulgou nesta sexta-feira [14/11/08] um estudo que mostra que produtos naturais primários, como madeira, minério e soja, representam mais de 60% das exportações do Mercosul. No caso brasileiro, o percentual é de 47%. Já o Chile e o Uruguai têm mais de 80% de suas vendas externas oriundas de produtos primários da natureza.

Denominado de "Geo Mercosul: integração, comércio e ambiente", o relatório aponta o impacto do comércio no processo de integração regional sobre o meio ambiente dos países do bloco e seus membros associados. Ele foi apresentado na 19ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, no Rio.

Segundo a representante do Pnuma no Brasil, Cristina Montenegro, esta é a primeira avaliação que aponta as relações de comércio, integração e ambiente para orientar os países na garantia de um fluxo comercial sustentável.

"O estudo também tem um grupo de recomendações específicas, de como os países podem coordenar suas políticas para garantir um ciclo produtivo mais longo de comércio, e também toca a questão de integração."

Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o relatório é uma grande contribuição para ajudar a "ecologizar" o Mercosul. Ele ressaltou a necessidade de harmonização das legislações ambientais dos países do bloco e de sua atuação conjunta para garantir produção e consumo mais limpos.

"Não adianta os nossos carros [brasileiros] saírem em 2012 com motor S10, com dez partes de enxofre, cruzarmos a fronteira, e não haver esse combustível. Essas questões devem ser colocadas para nos prepararmos, afinal somos um grande mercado comum", disse o ministro.

Os países do Mercosul englobam uma área de 12 milhões de quilômetros quadrados e têm mais de 250 milhões de habitantes. Segundo valores de 2004, o levantamento mostra que as exportações do bloco geram aproximadamente US\$ 105 milhões.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Produtos primários são mais de 60% das exportações do Mercosul, diz estudo. Folhaonline. São Paulo, nov. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u467841.shtml>

### **Mercosul prioriza desertificação e destinação de resíduos sólidos**

Um encontro envolvendo ministros do Meio Ambiente do Mercosul, realizado nesta sexta-feira [14/11/08] no Rio, elegeu o combate à desertificação e a integração de política para gestão de resíduos sólidos especiais como pneus, pilhas e baterias como temas prioritários.

As decisões desse encontro deverão ser referendadas na reunião do Conselho do Mercosul, que será realizada no mês que vem na Bahia.

"Além do Brasil, Argentina e Paraguai têm problemas de desertificação e em relação ao clima. Hoje em dia, nós podemos trabalhar juntos para reduzir emissões, fazer uma integração de ações", afirmou o ministro brasileiro, Carlos Minc.

A pasta brasileira teve sua proposta de usar o ambiente como fator de desenvolvimento econômico, e não como entrave ao desenvolvimento, aprovada pelo grupo de ministros sul-americanos.

"Nosso esforço é mostrar para os ministros da área econômica, fazendária, que o ambiente ajuda. Ele pode captar e melhorar a indústria limpa e não ser tratado como um obstáculo", disse Minc.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Mercosul prioriza desertificação e destinação de resíduos sólidos. Folhaonline. São Paulo, nov. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u467851.shtml>

### **Especialistas pedem regras para biocombustíveis**

A cobrança para que países desenvolvidos e emergentes definam rapidamente regras para a inclusão de biocombustíveis e outras fontes renováveis nas matrizes energéticas deu a tônica das discussões realizadas ontem [18/11/08] durante a "Conferência Internacional sobre biocombustíveis" em São Paulo. Houve consenso entre os participantes de que a inclusão das energias renováveis nos programas de governo demandaria, além de discussões sobre a soberania energética, a criação de regras para mitigar as emissões de gases de efeito estufa, racionalizar o uso da terra e da água, garantir a segurança alimentar, gerar emprego e renda e preservar os ecossistemas.

O Brasil foi citado como o país que mais avançou na diversificação de sua matriz energética e na criação de políticas que integram o interesse energético à geração de emprego e à auto-suficiência em oferta de alimentos. "Produção não é o único critério a ser considerado ao se avaliar a sustentabilidade da produção energética", resumiu o diretor da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi. Ele citou o programa Selo Social do governo federal, que certifica as usinas de biodiesel que utilizam pelo menos 10% de matérias-primas produzidas por agricultores familiares, como exemplo de iniciativa que une a diversificação da matriz energética à geração de emprego e renda.

A secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas, Alicia Bárcena, citou um estudo realizado pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unep, sigla em inglês), que prevê a geração de 20 milhões de postos de trabalho até 2030 com o avanço dos programas de energia renovável. Atualmente, 470 mil pessoas trabalham na geração de energia eólica e solar e mais 1,2 milhão de pessoas operam em usinas que geram energia a partir da biomassa. Em 2030, o

número de contratados nessas usinas de biocombustíveis deve chegar a 12 milhões, sendo que o maior número de contratações ocorrerá no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha e na China.

Alicia observou que outros países da América Latina também têm condições de incrementar a produção de biocombustíveis, sobretudo o etanol obtido do melaço da cana-de-açúcar, ampliando a geração de emprego sem comprometer o ambiente e a oferta de alimentos. Entre os países estão Cuba, Guiana, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Colômbia e Paraguai. Hoje, disse, é possível que os países substituam 10% do consumo de gasolina por etanol sem grandes necessidades de modificação nos motores dos veículos. E essa ampliação seria possível utilizando, por exemplo, áreas de pastagem degradadas. "No Brasil, de cada três hectares de pastagem, dois hectares estão degradados ou são mal utilizados", disse. Segundo Alicia, a maioria dos países da América Latina tem condições de produzir biocombustíveis em volume suficiente para consumo próprio e para exportação.

O presidente do grupo Sekab, maior importador europeu do etanol brasileiro, afirmou que é preciso estabelecer regras, metas e padrões para o mercado de biocombustíveis mas, antes disso, se faz necessário reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio da melhoria de eficiência no uso das energias convencionais. "É preciso maximizar o uso das energias já existentes para que os biocombustíveis também sejam utilizados com sensatez. De nada adianta o mundo utilizar carros flexfuel [biocombustíveis] se as pessoas comprarem mais veículos e na somatória final a emissão de gases de efeito estufa continuar a mesma."

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, alertou para a necessidade de que cada país desenvolva políticas para alterar suas matrizes energéticas. "Independentemente da regularização de um mercado internacional de energia limpa, cada país deve desenvolver políticas públicas e definir a sua matriz energética. Exportar biocombustível deve ser uma preocupação posterior à necessidade ambiental de conter o aquecimento global", afirmou Iglesias.

Ontem, durante o seminário, a representante da Cepal juntamente com o representante da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano da Silva, e o diretor, e o gerente de biocombustíveis do BNDES, Paulo Faveret Filho, lançaram o livro "Bioetanol de cana-de-açúcar". Idealizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e apelidado por seus organizadores como "o livro verde", a obra reúne uma série de estudos sobre a economicidade e competitividade do etanol de cana-de-açúcar enquanto alternativa ao uso de combustíveis fósseis líquidos.

Alicia citou, por exemplo, cálculos demonstrando que o etanol de cana é competitivo com o petróleo cotado a até US\$ 45 por barril, enquanto o etanol a partir do milho só é economicamente viável com o petróleo acima de US\$ 70 o barril. Além disso, a produção do etanol de cana permite reduzir em 89% as emissões de gases de efeito estufa, enquanto o etanol de milho reduz as emissões em no máximo 38%.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Especialistas pedem regras para biocombustíveis. Página oficial do Ministério do Planejamento. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2008/11/19/especialistas-pedem-regras-para-biocombustiveis>

## **STJ registra 40% de queda no número de recursos especiais recebidos após Lei de Recursos Repetitivos**

A uma semana de completar três meses de vigência, a Lei dos Recursos Repetitivos já deu provas significativas da sua eficácia. No mês de outubro, chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) 5.590 recursos especiais, volume 40,32% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. Comparado a agosto deste ano, quando foram recebidos 9.454 recursos, a queda é de 40,87%. É um indicativo claro de desafogamento da Corte Superior e de que a justiça está chegando mais rápido à sociedade.

De acordo com o texto da Lei n. 11.672, o presidente de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal deve admitir um ou mais recursos representativos da mesma controvérsia e encaminhá-los ao STJ. Os demais recursos repetitivos ficam suspensos até que saia a decisão definitiva da Corte Superior. Outra possibilidade é o relator do caso no STJ identificar esses processos e determinar a suspensão dos demais recursos nos tribunais de segunda instância.

Depois que o acórdão for publicado, os recursos especiais suspensos na origem terão seguimento negado se a decisão de segundo grau coincidir com a orientação do STJ. Em caso de divergência, os recursos serão

novamente examinados. Se o tribunal de origem mantiver a decisão divergente, será feito novo exame de admissibilidade do recurso especial para que ele chegue à Corte Superior. Nessa hipótese, ele será julgado pela Presidência do Tribunal. Não será distribuído aos ministros.

Ciente dos benefícios da lei, os ministros do STJ tiveram pressa em aplicá-la. Já foram selecionados 54 casos envolvendo recursos repetitivos, sendo que nove já foram julgados. Entre eles, temas relevantes como as situações em que as taxas de juros em contratos bancários são consideradas abusivas e a legalidade da cobrança de assinatura básica na telefonia fixa.

O presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha, ressalta que julgamentos que produzem decisões tão abrangentes precisam da manifestação da sociedade. “A lei dos recursos repetitivos tem um rito processual específico e permite um amplo debate”, explica. “Quando vamos decidir um caso desses, o Tribunal escuta todas as instituições necessárias até esgotar todos os argumentos que se pode ter, contra e favor”.

Para o presidente do STJ, a grande vantagem da aplicação dessa lei é acabar com a imprevisibilidade, promovendo uniformização sólida da interpretação das leis federais. Uma garantia essencial com a globalização da economia, em que não existem mais empresas absolutamente nacionais. “Os investidores precisam saber como o Judiciário de um país decide sobre determinado tema”, ressalta o ministro Cesar Rocha. “A meta é estabelecer orientação para prestigiar o princípio da segurança jurídica, mas a lei também prestigia o princípio da celeridade.”

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ registra 40% de queda no número de recursos especiais recebidos após Lei de Recursos Repetitivos. Página Oficial do STJ. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=89838](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=89838)

### **Ellen Gracie está cotada para assumir vaga na OMC**

Um brasileiro para substituir outro brasileiro no Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC), espécie de corte suprema do comércio global. É o cenário que se esboça em Brasília, depois que o juiz Luis Olavo Baptista informou os 152 países-membros da OMC que vai se retirar do posto em fevereiro, dez meses antes do fim de seu mandato.

Para o lugar de Baptista, um dos nomes em especulação é o de Ellen Gracie, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O problema é que, apesar de seu peso e apoio político, ela não é conhecida por especialização na área de comércio internacional. O processo de seleção começará imediatamente, sob a coordenação do embaixador chileno Mário Matos. As indicações para juiz devem ser recebidas por meio dos governos.

Luis Olavo Baptista argumentou que deixa a OMC por razões pessoais. Aparentemente, ele estaria cansado das incessantes viagens a Genebra, desde dezembro de 2001, quando foi eleito para o Órgão de Apelação. Quase todas as decisões de painéis (comitês de especialistas) são contestadas e acabam chegando ao Órgão de Apelação. Vários países têm reclamado que esse órgão interpreta as regras da OMC com muita flexibilidade, na prática criando novas normas que deveriam ter sido negociadas pelos membros da entidade.

Além de Baptista, o Órgão de Apelação é composto por representantes da China, do Japão, das Filipinas, dos Estados Unidos, da Itália e da África do Sul.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Ellen Gracie está cotada para assumir vaga na OMC. Página oficial do Ministério do Planejamento. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2008/11/17/ellen-gracie-esta-cotada-para-assumir-vaga-na-omc>

### **Encontro de Cortes encerra-se com regulamentação da secretaria do fórum permanente**

O encerramento do 6º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, realizado no Supremo Tribunal Federal (STF), nesta sexta-feira [21/11/08], ocorreu com a assinatura de documentos, entre eles o que regulamenta a Secretaria do Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul e Associados.

De acordo com o termo, a secretaria funcionará em Brasília (DF) e terá como atribuições coordenar e secretariar os Encontros de Cortes Supremas e apoiar o Fórum Permanente no cumprimento de suas deliberações. A secretaria também vai administrar e manter o site do Fórum Permanente, além de gerenciar o banco de dados de jurisprudência dos países do Mercosul.

Ao final do evento também foi assinada a Declaração do 6º Encontro, na qual os presidentes das Cortes Supremas que integram o bloco recomendam “a continuidade dos entendimentos para a possível criação de um Tribunal do Mercosul” e “o aprofundamento do diálogo sobre a proposta de adoção do ‘mandado Mercosul de Captura’”. Os dois temas foram debatidos nesta sexta-feira, durante o 6º Encontro.

O documento também registra a decisão dos presidentes de que os encontros anuais das Cortes Supremas serão realizados nos países integrantes do Mercosul, de forma rotativa, sem prejuízo da manutenção da sede do Fórum Permanente em Brasília. Antes, os encontros ocorriam sempre no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. A realização do 7º Encontro foi agendada para setembro de 2009, em Buenos Aires, na Argentina.

Outro ponto de destaque do documento é a decisão de se criar um grupo de trabalho que ficará responsável pela produção da “Carta de Direitos Fundamentais do Mercosul”, por ocasião das comemorações dos 60 anos da Declaração de Direitos Humanos da Nações Unidas e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Encontro de Cortes encerra-se com regulamentação da secretaria do fórum permanente. Página Oficial do STF. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=99556>

### **Marca registrada não prevalece diante do direito de uso de sobrenome em negócio**

O direito de uma sociedade sobre marca registrada junto aos órgãos oficiais não pode impedir que membros de outra empresa utilizem seus sobrenomes no registro da razão social do negócio, principalmente se a atividade profissional exigir a identificação com o uso do nome familiar de, pelo menos, um dos sócios. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e foi proferida por maioria de votos. A ministra Nancy Andrighi relatou o caso.

Os ministros acolheram apenas parte do recurso em que a Koch Advogados Associados S.C. e Koch Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. reiteraram seu pedido para que a Koch & Koch Advogados e Consultores S.C. modificasse seu nome, similar à marca registrada pelas duas primeiras empresas.

Apesar de reconhecer o direito da empresa de consultoria de continuar utilizando o sobrenome familiar de seus membros, a Terceira Turma determinou que ela acrescente à sua razão social elementos que promovam a distinção do seu nome com relação aos outros dois escritórios. Os ministros mantiveram a parte das decisões anteriores que negou o pedido das autoras da ação de ressarcimento de possíveis prejuízos por confusões causadas diante da semelhança dos nomes.

#### **Marca x nome familiar**

A Koch Advogados Associados S.C. e a Koch Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. entraram com ação contra a Koch & Koch Advogados e Consultores S.C. exigindo que a empresa processada alterasse sua denominação social para retirar o nome “Koch” e ressarcisse as autoras pelos prejuízos causados pelo uso do nome semelhante ao das duas primeiras sociedades.

As autoras do processo alegaram ser possuidoras da expressão “Koch”, com registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o que atestaria o direito ao uso exclusivo da marca. Além disso, segundo as duas empresas, além de utilizar indevidamente a marca, a Koch & Koch, que também desenvolve atividades de advocacia, estaria promovendo concorrência desleal e prejudicando as duas sociedades.

A Koch & Koch contestou o processo e apresentou provas de que sua denominação social seria proveniente do uso do sobrenome de profissionais que compõem o escritório. A ação foi negada em primeira instância e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) manteve a sentença. De acordo com o TJRS, não ficou comprovado nos autos que houve concorrência desleal ou confusão causada pelo uso dos nomes similares.

O TJ também destacou que, “tratando-se de atividade desenvolvida pelas partes vincula-se às pessoas naturais que a integram. As atividades desenvolvidas não são procuradas pelos consumidores em decorrência do nome de empresa, mas pelas qualidades das pessoas que a integram” e, segundo o Tribunal, isso foi demonstrado pela Koch & Koch, pois há vinculação do nome da empresa às pessoas físicas que a compõem.

#### **Origem nominal**

Ao analisar a questão, a ministra Nancy Andrighi, relatora do caso, reconheceu o difícil impasse, pois ambas

as empresas utilizam, na marca e no nome social, a mesma origem – o nome patronímico (familiar) “Koch”.

“Há de se concluir que a titularidade da marca ‘Koch’, para identificar os serviços pelas autoras (duas primeiras empresas), não pode impedir que Rogério Augusto Koch, Jimmy Bariani Koch e Dennis Bariani Koch emprestem seu patronímico à sociedade requerida, Koch & Koch, pois é este sobrenome que bem identificará os autores de outros Rogérios, Jimmys e Dennis que, porventura, exerçam a advocacia”, salientou a relatora.

No entanto – destacou a ministra – é evidente a semelhança entre as denominações das duas empresas. “Da mera semelhança, extrai-se logicamente e sem quaisquer elementos probatórios adicionais, a possibilidade de confusão. Quem já conhece pessoalmente os prestadores de serviços, talvez possa bem diferenciar a advocacia ‘Koch’ da ‘Koch & Koch’. Por outro lado, quem apenas ouviu dizer dos serviços de um e outro, sem um conhecimento prévio, não saberá distinguir as partes litigantes. Assim, a potencialidade de confusão está justamente nos clientes ainda não conquistados”.

Por esse motivo, segundo a relatora, deve ser modificada a conclusão da sentença confirmada pelo TJRS de que há necessidade de prova de confusão causada pelas marcas. A ministra determinou que a Koch & Koch “altere sua razão social, fazendo nela incluir outros elementos distintivos que possam bem diferenciá-la das autoras da ação”.

A Koch & Koch, portanto, poderá continuar com o sobrenome de seus sócios em sua denominação, apenas deverá modificar a razão social com elementos que dificultem a possibilidade de confusão, por clientes, com as empresas autoras do processo. “O direito da marca das autoras não pode impedir que a requerida (Koch & Koch) se utilize da expressão “Koch” em sua razão social, pois este o patronímico de seus sócios e fator essencial para o livre e responsável exercício de sua atividade profissional”, concluiu a relatora.

Ainda segundo a relatora, “de qualquer forma, a marca resguarda as autoras contra a possibilidade de que seus serviços venham a ser confundidos com outros. No mesmo sentido, o Estatuto da Advocacia pretende que a razão social do escritório possa bem identificá-lo no mercado”. Assim, a inclusão de elementos que distingam a denominação da Koch & Koch das razões sociais das duas autoras do processo é a melhor solução para o caso, pois não prejudicará a atuação das três empresas no mercado.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Marca registrada não prevalece diante do direito de uso de sobrenome em negócio.

Página Oficial do STJ. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=90124](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=90124)

---

## Contato

Bernardo Pablo Sukiennik

(61) 8409-0339

[pablo.s@advogadosdomercosul.com.br](mailto:pablo.s@advogadosdomercosul.com.br)

Rafaela Silva Brito

(61) 8121-9556

[rafaelabrito@advogadosdomercosul.com.br](mailto:rafaelabrito@advogadosdomercosul.com.br)

Para solicitar sua remoção do cadastro, envie, por meio de seu e-mail, uma mensagem em branco para o remetente.